

ÁREA 3 – HISTÓRIA E GEOGRAFIA ECONÔMICA

Classificação JEL: O14, R11, R12

INDÚSTRIA DE CALÇADOS E TENDÊNCIA LOCACIONAL: OS CONDICIONANTES E IMPLICAÇÕES DA INTERIORIZAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL CALÇADISTA NAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS DO CEARÁ, BRASIL

Maria da Penha dos Santos Costa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Ceará (UFC).

Tel: (85) 992762617/ E-mail: penhavaz19@gmail.com

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: Geoalexandraufc@gmail.com.

RESUMO

O estudo objetiva analisar os condicionantes da interiorização da indústria calçadista, tal como identificar as implicações socioeconômicas da instalação industrial nas cidades pequenas e médias do Ceará. Para tanto, realizamos uma análise quali-quantitativa, utilizando revisão bibliográfica com ênfase nos conceitos de reestruturação produtiva (SOJA, 1993; BENKO, 2002; MUNIZ, 2019), desconcentração produtiva e espacial (LENCIONI, 1998) e território usado (SANTOS, 2005), levantamento de dados secundários obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), bem como no site da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), e por fim, produção cartográfica. Os resultados apontam que os incentivos fiscais direcionaram a atividade industrial calçadista para as cidades do interior cearense, tendo esses locais se tornado os mais novos e importantes centros da produção de calçados do país, onde muitas cidades pequenas e médias passaram a serem globalmente importantes para o circuito da produção de calçados.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva e espacial. Indústria calçadista. Desconcentração produtiva.

FOOTWEAR INDUSTRY AND LOCATIONAL TRENDS: THE CONDITIONERS AND IMPLICATIONS OF THE INTERIORIZATION OF FOOTWEAR INDUSTRIAL CAPITAL IN THE SMALL AND MEDIUM CITIES OF CEARÁ, BRAZIL

ABSTRACT:

The study aims to analyze the conditions behind the internalization of the footwear industry, as well as identifying the socioeconomic implications of industrial installation in small and medium-sized cities in Ceará. To this end, we carried out a qualitative-quantitative analysis, using a bibliographic review with an emphasis on the concepts of productive restructuring (SOJA, 1993; BENKO, 2002; MUNIZ, 2019), productive and spatial deconcentration (LENCIONI, 1998) and used territory (SANTOS, 2005), survey of secondary data obtained through the Annual List of Social Information (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed Persons (CAGED), as well as on the website of the Brazilian Association of Footwear Industries (ABICALÇADOS), and finally, cartographic production. The results indicate that tax incentives directed footwear industrial activity to cities in the interior of Ceará, with these locations becoming the newest and most important centers of footwear production in the country, where many small and medium-sized cities became globally important for the footwear production circuit.

Keywords: Productive and spatial restructuring. Footwear industry. Productive deconcentration.

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital que significou inerentes mudanças em diversas instâncias sociais, fazendo com que houvesse uma completa reestruturação do sistema mundial do capital. No decurso dos anos de 1970, a reestruturação produtiva impôs transformações organizacionais, tecnológicas e socioespaciais, sendo marcada por uma espécie de “corte histórico” no sistema capitalista (ALVES, 2012).

A descontração da produção calçadista dos centros tradicionais de produção foi condicionada pelo “ajuste técnico do processo produtivo” (MUNIZ, 2014; 2022), através da introdução da flexibilidade produtiva, essa por sua vez incluiu a possibilidade de uma produção territorialmente dispersa. Com a flexibilidade as barreiras que restringiam a produção foram dissolvidas, dando mais viabilidade a reprodução do capital e o aumento da lucratividade no “Brasil periférico”.

A flexibilidade produtiva é uma das principais características da nova organização industrial no âmbito de um regime de acumulação flexível. O novo regime realizou transformações nos modos de produção e consumo, bem como nas transações e relações sociais, essa por sua vez fundamentada em mecanismos institucionais de regulação. Além do mais, as modificações determinaram a reestruturação espacial da sociedade e a redefinição do conteúdo dos espaços, estabelecimento de uma nova divisão social e espacial do trabalho, bem como fez emergir novos espaços da produção e do consumo (BENKO, 2002).

É nesse contexto que nas últimas três décadas o nordeste do Brasil se tornou centro da produção de calçados no país, fato justificado pela reestruturação produtiva em curso e uma série de incentivos fiscais ofertados por estados e municípios. A década de 1990 representou a inclusão desses estados na “disputa” por investimentos industriais do ramo calçadista. Esse período foi marcado pela instalação de grandes fábricas pertencentes a grupos empresariais do sul e sudeste do Brasil na região. O nordeste é incorporado ao circuito da produção de calçados, antes restrita aos tradicionais centros de produção – São Paulo e Rio Grande do Sul – tornando a região o mais novo núcleo produtivo do país.

A desconcentração da indústria calçadista para o nordeste brasileiro foi embasada por um arsenal de incentivos fiscais e territoriais ofertados pelos governos das unidades da federação, a qual se incluiu a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), doação de terrenos para instalação das fábricas e soerguimento de infraestruturas para atender as instalações industriais (PEREIRA JÚNIOR, 2011; TELES; COSTA, 2023).

Caracterizada como recente, a atividade industrial no Ceará surge como parte de um tipo de engenharia política articulada pela elite local ainda na década de 1980, consolidada a partir da efetivação de projetos modernizantes, que possibilitaram a atração de centenas de investimentos industriais, dentre esses, empresas pertencentes à indústria calçadista (LIMA, 2020).

No Ceará, a indústria de calçados, se direcionou para as cidades não metropolitanas, sobretudo, as cidades pequenas e médias do estado. As políticas atrativas foram fatores responsáveis pela interiorização da indústria calçadista e da tendência de localização nas cidades pequenas e médias. Além disso, o fator de influência política das elites locais também contém importância quando analisada a instalação da indústria de calçados em determinadas cidades do estado.

Além do estado, municípios também dispuseram de fatores que contribuíram para a instalação de muitas fábricas industriais no interior cearense, a qual se incluiu a isenção de impostos municipais, disponibilidade de programas de treinamento dos trabalhadores, criação de zonas industriais equipadas para comportar as estruturas da produção e fluxos de mercadorias, além da distribuição de terrenos para a apropriação fabril. O território se tornou um meio para a materialização da atividade industrial calçadista (PEREIRA JÚNIOR, 2011).

Estão instaladas no Ceará, fábricas de empresas como Grendene (Fortaleza, Sobral e Crato), Paquetá (Itapajé, Uruburetama e Pentecoste), Dass (Itapipoca), Dakota (Maranguape, Quixadá e Russas), Aniger (Quixeramobim), Democrata (Camocim e Santa Quitéria), Vulcabrás/Azaleia (Horizonte), Coopershoes (Morada Nova), dilly sports (Brejo Santos), Topshoes Calçados (Quixeré), Sugar Shoes (Senador Pompeu), dentre outras.

A instalação de plantas fabris nas cidades do interior do Ceará demonstra a materialização das políticas atrativas e dos incentivos fiscais no território, em que cidades pequenas e médias tornaram-se locais de interesse de grandes corporações do segmento calçadista. Com a reestruturação produtiva, tais cidades passaram a ter novas funcionalidades, ao estabelecer relações capitalistas que perpassam a escala local/regional, por via da produção de calçados.

Acerca das cidades pequenas e médias, compreendemos que essas apresentam materialidade em seu plano espacial, forma no processo de urbanização e uma imaterialidade que está relacionada aos fluxos informacionais que traduzem os sentidos econômicos, políticos e culturais (SILVA, 2011). Nessa perspectiva, nas cidades pequenas também há a predominância das relações capitalistas que se estendem, por via, das relações econômicas e produtivas que elas realizam globalmente.

Este estudo objetiva analisar os condicionantes da interiorização da indústria calçadista, tal como identificar as implicações socioeconômicas da instalação industrial nas cidades pequenas e médias do Ceará.

Para tanto, realizamos uma análise quali-quantitativa, utilizando: a) revisão bibliográfica com ênfase nos conceitos de reestruturação produtiva e espacial (SOJA, 1993; BENKO, 2002; MUNIZ, 2019), desconcentração produtiva (LENCIONI, 1998) e território usado (SANTOS, 2005), b) levantamento de dados secundários obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), bem como no site da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), e por fim, c) produção cartográfica.

O manuscrito está organizado em três seções, além da introdução e considerações finais. *A priori*, apresentamos uma abordagem teórica e conceitual acerca da reestruturação produtiva e espacial, como também as transformações que se deram no âmbito industrial. Na seção seguinte, analisamos a importância do Nordeste e do Ceará para indústria calçadista, enquanto na terceira parte são apontados os principais condicionantes da nova localização industrial calçadista nas cidades pequenas e médias do Ceará.

APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

A reestruturação remete a um processo dual de desmoronamento e reconstrução, desconstrução e reconstituição. A reestruturação se apresenta como um processo dinâmico proveniente de “[...] graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (SOJA, 1993, p. 173).

A reestruturação produtiva se apresenta como uma tentativa de “sobreposição” ao regime de acumulação fordista, com estratégias de produção flexível que culminaram na reconfiguração do quadro de desenvolvimento mundial pós-segunda guerra mundial (BENKO, 1999; MUNIZ, 2019).

Benko (1999) enfatiza que tais transformações se deram a partir de um tipo de “confusão institucional e de perspectivas mal definidas” que implicaram em uma complexa refundação da regulação capitalista que remete a uma nova configuração do capitalismo definido como um momento da acumulação flexível.

Esse período é marcado por profundas mudanças na forma e organização da produção industrial, acompanhada por transformações tanto no modo de produção quanto de consumo, como assegura Benko (1999) à “[...] passagem para o novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas

transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais”. Além disso, as transformações também se deram no plano espacial, visto que há uma reestruturação espacial de toda a sociedade, “redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e consumo etc” (BENKO, 1999, p. 29).

O processo de reestruturação produtiva viabilizou a mudança geográfica dos lugares da produção, através da flexibilidade do processo de produção, essa por sua vez responsável pela desintegração territorial do processo produtivo e a incorporação de novos espaços no processo de produção global (BENKO, 1999).

Para Harvey (2008) o atual período de acumulação flexível é marcado, sobretudo pela exportação do capital para novos territórios que oportunizem a acumulação. Trata-se de um rompimento de barreiras territoriais, em que as inovações tecnológicas tornaram possível a anulação do espaço pelo tempo. Nesse entendimento, “[...] a expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital”.

A reestruturação produtiva é evidenciada através da organização e gestão do processo produtivo, bem como nas novas relações de trabalho, visto que a mesma ensejou um completo “reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço”, através de mudanças de técnica-econômicas e institucionais que ocorrem no espaço, assim sendo, pois, um fenômeno de ordem socioespacial (BORZACCHIELLO DA SILVA; MUNIZ, 2022).

Alves (2008) chama atenção para a necessidade de avanço quanto ao entendimento da reestruturação produtiva não somente enquanto inovações tecnológicas e organizacionais na esfera produtiva, mas também enquanto processo incessante, contraditório e complexo que perpassa o espaço intrafábrica, uma vez que envolve a reprodução social, ou seja, as relações que se dão no cotidiano e no conjunto das sociedades extra-fábrica que compõem uma totalidade em movimento. Nesse sentido, o autor destaca que

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que se desenvolve nas condições da grande indústria em sua fase tardia, é constituído por “todo orgânico” cujos elementos compositivos são as inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas (ALVES, 2008, p. 12).

O novo complexo de reestruturação produtiva, pela perspectiva sociológica apresentada por Alves (2008), emerge junto com a acumulação flexível e tem por base a racionalização do trabalho. Além do mais, ela se apresenta como um todo orgânico composto por um complexo de inovações, quais sejam organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas.

Para Pereira Júnior (2017), a nova onda de reestruturação produtiva é marcada pelo avanço tecnológico e a introdução da flexibilidade na esfera industrial, essa por sua vez dominou “os esquemas de produção e de circulação capitalistas e atingindo, também, os princípios da organização territorial” (PEREIRA JÚNIOR, 2017, p. 24). Observa-se que a reorganização da produção industrial também vem acompanhada das novas relações

produção/comando que passam a se desintegrar territorialmente, tão logo também há uma reorganização dos territórios produtivos.

A nova lógica para a produção de mercadorias tem por base a inclusão de estratégias cada vez mais flexíveis, onde a lucratividade passou a ser extraída da gestão, produção, organização e exploração da força de trabalho, posto que a indústria apropriou-se das tecnologias de informação e comunicação e as converteu em novas estratégias de produção e controle do trabalho, através da flexibilidade da produção (PEREIRA JÚNIOR, 2019).

No caso do Brasil, a reestruturação produtiva ganhou repercussão, a partir da década de 1970, quando a indústria passou por um processo de reordenamento de estratégias, por meio do ajustamento aos novos padrões de qualidade, inovações tecnológicas e da gestão da força de trabalho. Além disso, as novas práticas de contratação da força de trabalho incluíram o trabalho informal e a divisão territorial do trabalho, através da divisão territorial da produção. Com a reestruturação produtiva o espaço passou a ser fragmentado para atender ao circuito espacial da produção (GOMES, 2011).

Como parte das estratégias da reestruturação produtiva e versando pela modernização e maior competitividade, observou-se ainda um movimento de desconcentração da produção, onde ramos industriais com maior dependência de mão de obra deslocaram pelo território nacional grandes plantas industriais, sobretudo para a região nordeste do Brasil.

A desconcentração produtiva, uma das estratégias de reprodução do capital, possibilitou a “cisão” territorial da produção industrial, onde se definiu os territórios do “mandar” e do “fazer”, visto que gestão empresarial e produção passaram a estar territorialmente dispersas (LENCIONI, 1998). Embora as unidades produtivas tenham sido deslocadas para diferentes cidades e regiões do Brasil até então com pouca relevância para o capital, a gestão continua centralizada nos grandes centros econômicos do país, ocorrendo assim, o que Santos (1994) chamou de especializações do território.

Em virtude da desconcentração produtiva, essa por sua vez influenciada por princípios neoliberais, à produção industrial passou a romper com as fronteiras regionais e a reordenar tanto a produção, quanto a circulação e consumo de mercadorias, bem como do capital. Embora territorialmente separados, comando e produção, passaram a integrar distintos locais por via das relações de ordem produtiva.

Na indústria de transformação, a reestruturação produtiva engendrou o reordenamento dos circuitos produtivos, através da fragmentação territorial da produção que para algumas indústrias atravessou os limites territoriais regionais do país, como no caso dos ramos intensivos em mão de obra, a exemplo da indústria têxtil e calçadista. Para essas indústrias, estados do nordeste brasileiro, tornaram-se atrativos para a materialização das mudanças em curso advindas dos movimentos da desconcentração produtiva.

Na seção que se sucede, analisamos pela perspectiva da indústria de calçados, os desdobramentos da reestruturação produtiva no nordeste brasileiro, uma vez que a região se apresentou como “fito territorial” de muitas empresas que atravessaram pelo processo de desconcentração da produção calçadista.

A REGIÃO NORDESTE E O CEARÁ COMO ENFOQUE DO CAPITAL INDUSTRIAL CALÇADISTA

Nas últimas três décadas, estados pertencentes ao nordeste brasileiro tornaram-se territórios de interesse do capital produtivo no país ao atraírem para a região unidades fabris pertencentes a grandes empresas do ramo industrial calçadista. Antes concentradas no sul e sudeste, a indústria em questão incluiu cidades nordestinas ao circuito da produção global de calçados, viabilizada pela flexibilidade da produção.

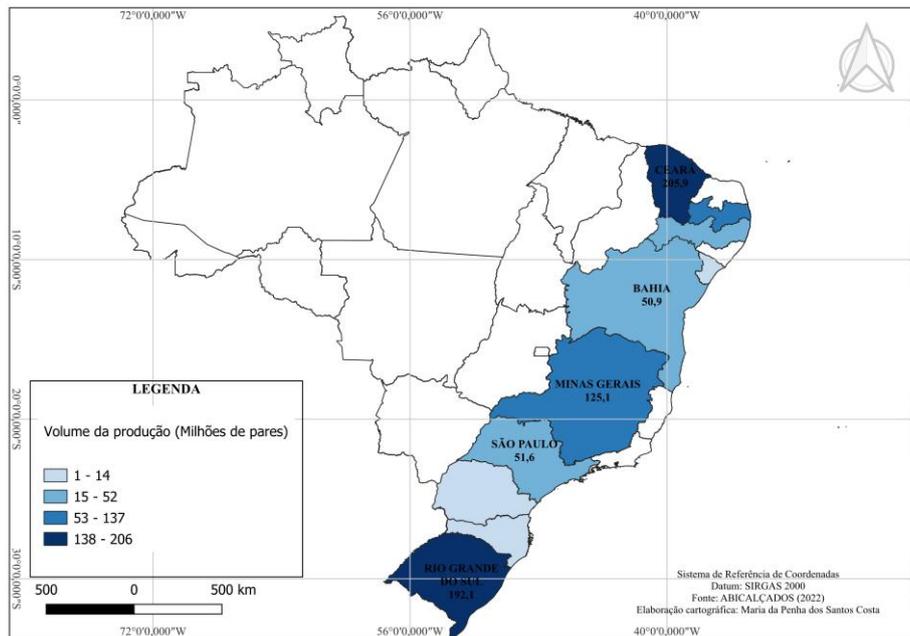
Para Galvão (2021), o deslocamento de grandes empresas, se apresenta como uma revolução da indústria calçadista brasileira. Cabe enfatizar que o deslocamento de grandes unidades produtivas para a região foi viabilizado pela criação/estruturação das políticas atrativas, que fez com que ocorresse um tipo de Guerra dos Lugares (SILVEIRA; SANTOS, 2002) entre diferentes estados. Para a indústria de calçados, a atração se deu mediante a concessão de incentivos fiscais, através de uma série de isenções.

Dada as condições fiscais para a instalação de unidades fabris, a partir de 1990, empresas como Grendene, Azaleia, Dakota, Vulcabras, Ortopé, Dilly, Alpargatas, Paquetá dentre outras, instalaram na região estabelecimentos industriais de médio e grande porte, enquanto mantiveram em centros tradicionais de produção do país, setores ligados à gestão/organização empresarial.

Para a indústria calçadista, o nordeste tornou-se sinônimo de lucratividade e território propício a reprodução do capital, visto os fatores dispostos para a atração e permanência da indústria na região. Como parte das mudanças, o território foi normatizado para atender os anseios do capital industrial. Além dos fatores que suprimiram a indústria em tela, no nordeste, o ramo calçadista também dispôs de um “reservatório” de mão de obra que também se destacou como um importante condicionante para a nova localização industrial, visto que parte da lucratividade passa a ser extraída dos baixos salários predominantes nesses estados.

A efetivação da reestruturação produtiva e conseguinte desconcentração produtiva podem ser constatadas a partir da participação do nordeste na produção nacional de calçados, com uma contribuição de 52,4% de toda a produção em volume do país, com destaque para Ceará, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Como apresentado no mapa 1, da região, somente os estados do Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas não apresentam expressiva participação na produção de calçados.

Mapa 1 – Principais estados produtores de calçados do Brasil



Fonte: ABICALÇADOS, 2022.

De acordo com dados publicados pela ABICALÇADOS (2022), no nordeste, dentre os estados produtores, o Ceará se consolidou como liderança na produção regional e nacional, com aproximadamente 205 milhões pares produzidos em 2022, isto é, 24,3% do total. Enquanto, na Paraíba a participação foi de 16,1% o que equivale a 136,6 milhões de pares, enquanto que na Bahia a produção é de aproximadamente 50,9 milhões, Pernambuco e Sergipe esse volume é de 40,8 e 9,7 milhões de pares, respectivamente.

As regiões sul e sudeste responderam por 46,7% da produção nacional, a primeira com uma participação de 25,3% e a segunda com 21,4%. Nesse recorte, São Paulo e Rio Grande do Sul são os estados que até a década de 1990 eram os principais responsáveis pela produção em grande escala do país. Em São Paulo a produção centra-se em Franca (31,5%), Birigui (28,6%) e Jauá (15,7%) que juntos produzem 75,8% de toda a produção paulista. Já no Rio Grande do Sul, 40% do volume produzido saem das fábricas do Vale do Rio dos Sinos.

Os dados demonstram ainda, a prevalência da expansão de calçados para os estados periféricos com uma conjuntura fiscal favorável a conformação territorial da reprodução do capital industrial. As economias geradas em estados nordestinos criaram condições materiais e imateriais para a consolidação da reestruturação produtiva do ramo calçadista em muitos municípios.

A importância de estados como Ceará, Bahia e Paraíba é resultado de uma série de esforços que redirecionaram para o nordeste o eixo da produção calçadista no Brasil, sobretudo a indústria de calçados de produtos sintéticos (PEREIRA JÚNIOR, 2011).

O nordeste abriga as unidades fabris, enquanto as regiões tradicionais ainda concentram as atividades sofisticadas do processo produtivo, como o gerenciamento e setores ligados a concepção, design e desenvolvimento dos produtos. Cabe ressaltar ainda, que embora a produção tenha feito um

atravessamento territorial com destino aos estados nordestinos, o *locus* da acumulação permanece centralizada nos centros tradicionais de produção industrial calçadista (FRANCISCHINI; AZEVEDO, 2003).

Em todo o Brasil, a indústria calçadista emprega 296,4 mil trabalhadores e um total de 4,6 mil empresas registradas vinculadas ao ramo industrial calçadista, com destaque para um dos tradicionais centros produtores do país, Rio Grande do Sul com 29,3% da mão de obra empregada seguido por Ceará, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Estados do Nordeste concentram 44,4% da força de trabalho vinculada ao ramo calçadista, com uma expressiva importância do Ceará (23,1%), Bahia (14,4%), Paraíba (5,3%) e Sergipe (1,6%). Em relação à participação no quantitativo de empresas, Rio Grande do Sul e São Paulo lideram na concentração de estabelecimentos, o primeiro com 34,5% dos estabelecimentos e o segundo 28,5%, porquanto que os estabelecimentos localizados nos estados da porção nordeste do país, representam 7,9% do total. Dos estados da região nordeste, estão localizados no Ceará 4,3% (ABICALÇADOS, 2002).

A nova localização da indústria sugere a consolidação de uma série de vantagens competitivas que fizeram com que empresas pertencentes ao ramo calçadista acentuassem a margem de lucratividade, através da redução dos custos produtivos, esse por sua vez viabilizado pela disposição de incentivos fiscais - Federal e estadual – e pelo ganho sobre a força de trabalho, posto os baixos salários pagos na região. Com a instalação de grandes fixos industriais calçadistas, o território também se tornou um condicionante para a materialização das estratégias competitivas.

CONDICIONANTES DA NOVA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL CALÇADISTA: O ESTADO DO CEARÁ EM PERSPECTIVA

A notoriedade da produção calçadista em grande escala no estado do Ceará é recente, soerguida sobre o projeto de modernização da estrutura industrial cearense soerguido no decorrer dos anos de 1990. Para a instalação das principais fabricantes de calçados do país, alguns fatores condicionaram a atração dos investimentos e sua expansão com destino às cidades pequenas e médias. A localização da indústria de calçados no Ceará é permeada pelas vantagens fiscais e as condições territoriais visibilizadas por Estado e municípios.

De acordo com Moraes (2012), não só no Ceará, como em todo o nordeste brasileiro a industrialização seguiu a lógica da reestruturação do capital, com base na busca de oportunidades de superlucro. A desconcentração de empresas calçadistas “preencheu” os espaços de reserva do Brasil, local também de maiores vantagens locacionais, comparada com outras unidades da federação.

No nordeste, o Ceará foi o que mais dispôs de um vantajoso conjunto de benefícios fiscais, embasado pelo Fundo de Desenvolvimento industrial (FDI), considerada a mais importante política de desenvolvimento econômico do Ceará. O FDI foi um mecanismo legal criado para atrair investimentos de natureza industrial para o estado, atraindo, sobretudo investimentos do ramo têxtil, de confecção e de calçados (MUNIZ, 2019).

Dentre os programas que compõem o FDI, o Provin (Programa de Incentivo Industrial) é um dos principais programas de natureza industrial do estado, responsável pela concessão de incentivos fiscais, por via do diferimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de até 75% em um período de até dez anos, com possibilidade de prorrogação. Para a concessão do benefício, o programa define algumas metas a serem atingidas pelas empresas incentivadas, a saber: produção, geração de empregos e volume de investimentos (ADECE, 2023).

Conforme dados divulgados pela ADECE (2021), empresas com instalações industriais em 48 municípios do Ceará foram contempladas com os incentivos do FDI, tendo como destaque no quesito, incentivos fiscais, empresas do setor de “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” que totalizaram 39 empresas instaladas e aproximadamente 58 mil empregos formais. Dentre as empresas incentivadas estão empresas de grande porte como Grendene, Paquetá, Dass, Dakota e Democrata, todas com instalações no interior do estado.

Com a disponibilidade de um arcabouço fiscal, o Estado, por meio das políticas atrativas, passou a ser o principal agente a fomentar a instalação e permanência dessas empresas no Ceará, visto ter assumido o papel de “locomotiva das transformações”, passando a utilizar “seu aparato institucional, adaptando a organização social, espacial e econômica às novas necessidades do capital e assim organizando um espaço apto ao desenvolvimento da atividade capitalista” (MUNIZ, p. 434, 2016).

Além do mais, muitos municípios também passaram a ofertar algum tipo de incentivo complementar aos benefícios ofertados pelo estado, tornando esses locais ainda mais competitivos para a instalação de fixos industriais. Com isso, a indústria também é condicionada pelas normativas locais, que são criadas/reajustadas para atender o capital. Os ajustes também se dão no âmbito do território, uma vez que o território passou a ser equipado com infraestrutura adequada para comportar os fluxos induzidos pela indústria.

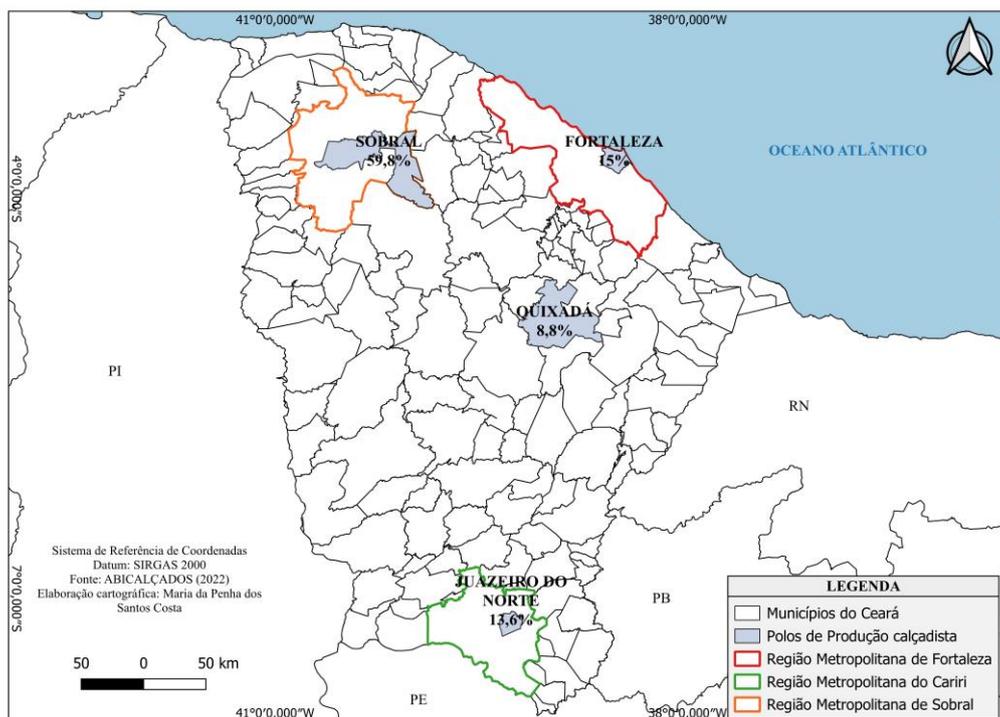
De tal modo, empresas industriais tendem a se implantarem em um “meio socioeconômico mais ou menos integrado”, em outras palavras em um território atrativo e não em um espaço-recipientes neutro. Nesse contexto, entendemos que o território se torna atrativo mediante os recursos, potenciais, bem como as oportunidades que ele apresenta, além da sua capacidade de ajustamento as dinâmicas impostas pela atividade econômica (FISCHER, 2007).

Desde 2008, o Ceará se destaca como o maior produtor de calçados em volume do país, tendo em 2022 uma participação de 24,3% da produção total, como já apresentado na seção anterior. Esse percentual revela um aspecto particular da espacialização da produção de calçados no país, posto que até os anos de 1990 a produção se limitava ao mercado local e regional, logo com pouca expressividade nacional. Tais mudanças são influenciadas pela instalação de fábricas de empresas como Grendene, Vulcabras/Azaleia, Paquetá, Aniger, Dakota, Democratas, Dilly, Dass e outras.

Em 2022, foram produzidos no Ceará aproximadamente 206 milhões de pares de calçados. No estado, praticamente todo o volume produzido concentraram-se em quatro grandes centros produtivos, Sobral, Fortaleza, Juazeiro do Norte e Quixadá, como espacializado no mapa 2. Nesses

municípios estão instaladas fábricas de empresas de grande porte como Grendene (Fortaleza, Sobral e Crato) e Dakota (Quixadá), dentre outras.

Mapa 2 – Maiores centros produtores de calçados do Ceará

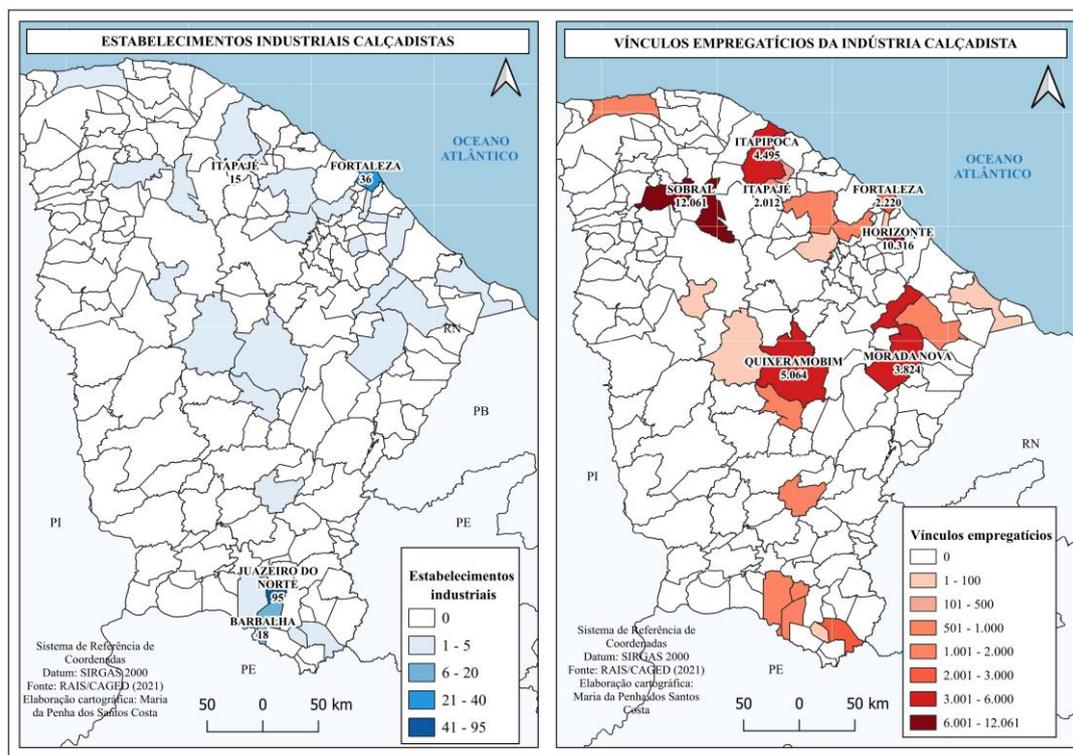


Fonte: ABICALÇADOS (2022).

Desse *ranking*, Sobral, é responsável por 59,8% de todo o volume produzido no estado. A expressividade de Sobral na produção estadual e nacional se justifica pela atuação da Grendene, empresa gaúcha instalada na cidade na década de 1990. Além do mais, Sobral também é o segundo maior produtor nacional de calçados do Brasil, de acordo com a ABICALÇADOS (2022). Já a capital cearense, Fortaleza, responde por 15% da produção, enquanto Juazeiro do Norte e Quixadá esse percentual é 13,6% e 8,8%, respectivamente.

No que tange ao quantitativo de estabelecimentos, no Ceará, há 248 estabelecimentos e 62.156 trabalhadores vinculados ao ramo calçadista, com uma maior concentração de unidades fabris em Juazeiro do Norte (95), Fortaleza (36), Barbalha (18) e Itapajé (15). Nesses municípios, operam desde micro a grandes empresas, com destaque para empresas de capital nacional, como a Grendene e Paquetá, além de outras atuantes de capital local, sobretudo em Barbalha e Fortaleza, como constatado no mapa 3.

Mapa 3 – Distribuição dos estabelecimentos vínculos da indústria calçadista no Ceará



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2021).

Em relação aos empregos formais, praticamente toda a mão de obra empregada na indústria de calçados está no interior do estado, sobretudo nas cidades pequenas e médias, indicando assim uma tendência à interiorização da indústria calçadista no Ceará, justificada pelos projetos de concessão incentivos fiscais que tiveram como meta principal redirecionar a atividade industrial para as áreas não metropolitanas.

Quando analisada a distribuição dos empregos industriais do ramo calçadista, observa-se que Sobral desponta com o maior contingente de trabalhadores, totalizando 12.061 que em termos percentuais representa 19,4% de toda a força de trabalho registrada na indústria calçadista no Ceará. Em Sobral, a atuação da Grendene exemplifica a interiorização da atividade industrial para as cidades médias cearenses, uma vez que as dinâmicas produtivas da empresa perpassam o campo econômico e produtivo, se expressando no território e na cidade¹.

Já Horizonte, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), é o único município da RMF a apresentar uma expressiva participação do quadro quantitativo dos empregos formais da indústria calçadista, posto que em 2021, Horizonte, registrou 16,5% dos postos de empregos do estado, com 10.316 trabalhadores vinculados a indústria de calçados. Oriunda do Rio Grande do Sul, a Vulcabras/Azaléia é a principal responsável pela dinâmica dos empregos do ramo calçadista no município em questão.

¹ Para uma melhor compreensão do uso do território pela atividade industrial calçadista na cidade recomenda-se (SANTOS, 2022; COSTA; TELES, 2023).

Quixeramobim (5.064), Itapipoca (4.495) e Morada Nova (3.824) também são importantes centros de concentração da mão de obra ligados à indústria calçadista no Ceará. Nestes municípios, encontramos empresas de capital nacional com sede administrativa em estados da região sul do país, são as principais responsáveis pelo comando das fábricas instaladas nesses locais, gerando um grande volume de empregos. Aniger (Quixeramobim), Dass (Itapipoca) e Coopershoes (Morada Nova) juntas concentram 13.383, ou seja, 21,5% dos empregos da indústria de calçados do estado.

Cabe destacar, que identificamos essas cidades de pequeno porte como cidades com níveis e complexidades inferiores às metropolitanas (SPOSITO, 2009) que apresentam “formas espaciais da urbanização com diferentes conteúdos e topologias” (SILVA, 2015, p. 266). São cidades que ocupam uma posição inferior na rede urbana, no entanto também contribuem com os mais diversos processos e lógicas da produção capitalista e, em muitos casos, desempenham um importante papel ao comportar indústrias e estabelecimentos industriais de grande importância nacional e até mesmo internacional.

Já as cidades médias, podem ser compreendidas como um nó na rede urbana, possuindo distintas características, combinando tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano, distinguindo-se como cidades em transição, uma vez que não possuem características de metrópole e nem cidades pequenas/locais, porém consideravelmente exerce funcionalidade em relação ao seu entorno (HOLANDA, 2007; CORRÊA, 2007).

Assim, na rede urbana, as cidades médias se apresentam como território intermediário, cuja importância está centrada na capacidade que a cidade tem de exercer influência sobre uma determinada área, isto é, “[...] a área a partir do qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços” (SPOSITO et. At, 2007, p. 37). Atualmente, as cidades médias desempenham funções industriais, comerciais e/ou de serviços, onde exercem novos papéis na divisão econômica do trabalho, logo na divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 2006).

Ex positis, ressaltamos que os agentes produtores do Espaço, aqui representados pelo Estado e indústria reservaram para cidades pequenas e médias do Ceará, o papel de “centros de produção de calçados”, através de uma série de políticas atrativas que buscaram viabilizar a expansão da indústria com destino ao interior cearense, o que fez com que esses municípios passassem a ter importância para a produção nacional de calçados e na representatividade de empregabilidade de mão de obra assalariada com reflexos na economia local e estadual. Além disso, as cidades pequenas e médias se reafirmam como *locus* de novas funcionalidades e relações escalares, observadas a partir da produção calçadista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas significaram a inclusão de municípios cearenses no rol dos principais produtores de calçados do Brasil, a partir da atuação de empresas calçadistas de importância nacional, essas por sua vez oriundas do sul do país. Impulsionadas pela reestruturação produtiva e pela cisão territorial do processo produtivo, o Ceará passou a exercer a função da produção

industrial, porquanto que a centralização e comando do capital, bem como das operações industriais continuam em estados do sul do Brasil.

Para a indústria calçadista, o território cearense é sinônimo e meio de lucratividade e possibilidade de competitividade, uma vez que diferentes fatores locacionais do Ceará proporcionam a redução dos custos da produção e, por conseguinte da rentabilidade da acumulação de capital. É no nordeste que ocorre o “acontecer da produção” e a conformação da realocação produtiva.

Os incentivos fiscais e a disponibilidade de mão de obra tornaram-se fatores essenciais para a interiorização da indústria de calçados no Ceará, possibilitado pelo ajuste institucional do estado a favor da expansão da indústria para as cidades não metropolitanas, sobretudo para as cidades pequenas.

Quando analisada a espacialização da produção de calçados, é possível constatar a proeminência de uma produção centrada em cidades médias do Ceará, a exemplo de Sobral e Juazeiro do Norte, a primeira influenciada pela operação da Grendene, enquanto as configurações da segunda são explicadas pela conformação de dezenas de micro e pequenas empresas. Além dessas cidades, Quixadá também possui uma significativa participação na produção estadual de calçados.

Constatamos ainda, a concentração de estabelecimentos do segmento calçadista no tradicional polo de produção do estado, Juazeiro do Norte. Além desse, Fortaleza, Barbalha e Itapajé também concentram um grande número de fábricas registradas como indústria calçadista. No entanto, a maior parcela da concentração da força de trabalho está nos municípios de Sobral, Horizonte, Quixeramobim, Itapipoca e Morada Nova, locais onde estão instaladas grandes fábricas de empresas de capital nacional, como Grendene, Vulcabras/Azaléia, Aniger, Dass e Coopershoes.

De tal modo, esses dados reafirmam o papel reservado para as cidades pequenas e médias, a partir da instalação de estabelecimentos de grande porte, onde o Estado fomentou a interiorização da indústria, através do direcionamento de investimentos para as áreas mais distantes da capital, Fortaleza, sendo, pois o fator distancia o principal condicionante para o retorno do volume de incentivos ofertados para as empresas interessadas em atuarem no estado.

Constatamos ainda que a atividade industrial calçadista é reconfigurou o mercado e as relações de trabalho, uma vez que as empresas passaram a atuar, sobretudo em cidades que até então desconheciam as dinâmicas que permeiam a indústria. Após a interiorização de unidades fabris as cidades pequenas e médias passaram a se apresentar como locais da produção industrial, articuladas as diferentes escalas, por meio dos circuitos da produção e da divisão territorial do trabalho. Logo, a indústria de calçados é responsável por dinamizar o emprego industrial no estado e a influir diretamente na economia local.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Dimensões na Reestruturação: Produtiva do Capital. **O Público e o Privado**, v. 6, n. 11 jan. jun, p. 9-20, 2008.

ALVES, G. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. 2012. In: Boitempo Editorial. **Blog da Boitempo**. São Paulo. 2012. Disponível em: Acesso em: 12. Out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. Relatório setorial da indústria de calçados no Brasil 2022. Novo Hamburgo: ABICALÇADOS, 2022. 68 p.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. Revista do Departamento de Geografia, **Geosp**, São Paulo, v. 15, p. 45-54, 2002.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

COSTA, M. P. S; TELES, G. A. O papel da indústria calçadista na configuração territorial da cidade de Sobral, Ceará. **Revista Geonordeste**, v. 34, p. 24-40, 2023.

FIRKOWSKI, O. L; SPOSITO, E. S. (org.). **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANCISCHINI, A. S. N; AZEVEDO, P. F. Estratégias das empresas do setor calçadista diante do novo ambiente competitivo: análise de três casos. **Gestão & Produção**, v. 10, p. 251-265.

GALVÃO, O. J. Flexibilização produtiva e reestruturação espacial: considerações teóricas e um estudo de caso para a indústria de calçados no Brasil e no Nordeste. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 21, p. 82-105, 2021.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 21, 2011.

HOLANDA, V. **Modernização e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado.

JÚNIOR, E. A. P. Reestruturação produtiva e desenvolvimento desigual no espaço. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 8, n. 2, p. 04-35, jul./dez. 2017.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.27-42, p. 1998.

LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS

DA AMÉRICA LATINA. Anais... Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1998. p. 1-10.

LIMA, L. C. **Geografia humana do Ceará: espaço, técnica e tempo**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2020.

MORAIS, O. M. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MUNIZ, A. M. V. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2014.

MUNIZ, A. M. V. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 36, n. 3, p. 420-443, set./dez. 2016.

MUNIZ, A. M. V. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. **Espaço e Economia**. Revista brasileira de geografia econômica, n. 16, 2019.

MUNIZ, A. M. V. **Geografia da Indústria Têxtil e de Confecção**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. v. 1. 149p .

PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Território e economia política** – uma abordagem a partir d novo processo de industrialização do Ceará. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-20, 2019.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do o século XXI. 9º ed. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução da 2. ed. Inglesa, Vera Ribeiro; revisão técnica Bertha Becker, Lia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas e indústrias: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP**. 285f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2011.

SILVA, P.F.J. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, ES., org. **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**. Presidente Prudente, v.3, n.5, p.143-157, 2006.

SPOSITO, M. B; ELIAS, D; SOARES, B. R. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p 35- 67.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Editora Universitária UFPA, 2009.